

# CULTURA HISTÓRICA E AS MÍDIAS DE COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*HISTORICAL CULTURE AND COMMUNICATION MEDIA: A CASE STUDY*

Sonia Wanderley <sup>1</sup>

**Resumo:** As mídias de comunicação são instituições que produzem e distribuem informações. Estuda-las em um determinado contexto histórico permite conhecer as relações de poder que se estabelecem em determinada época, assim como identificar sua capacidade na fabricação de representações que forjam significados e afirmam memórias individuais e coletivas.

Neste trabalho busca-se refletir a construção de significados produzidos pelo telejornal *Jornal Nacional* acerca da invasão militar da Companhia Siderúrgica Nacional, durante uma greve de metalúrgicos, em 1988, utilizando-se da reflexão de Rüsen de cultura histórica e consciência histórica.

**Palavras-chave:** cultura histórica – mídia – consciência histórica

**Abstract:** The communication media are institutions that produce and distribute information. Study them in a particular historical context allows to know the power relations that are established at one time, as well as identify their ability in making representations that shape meanings and affirm individual and collective memories.

In this paper we try to reflect the construction of meanings produced by the newscast *Jornal Nacional* about the military invasion of the National Steel Company, during a strike by steelworkers in 1988, using the definition of Rüsen to historical culture and historical consciousness.

**Keywords:** historical culture - media - historical consciousness

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela UFF. Professora adjunta do Instituto de Aplicação da UERJ. Membro do Grupo Oficinas de História. E-mail: soniamaiw@gmail.com

## **Introdução**

As mídias de comunicação existem muito antes da comunicação de massa. São instituições que produzem e distribuem informações. Ou seja, as mídias constituem textos que, transmitidos/definidos a partir de um código (a língua, os códigos plásticos, a fotografia ou as imagens transmitidas pela TV ou pela Internet, por exemplo), constituem-se ferramentas importantes na consolidação de significados.

Em um mundo midiaticizado como o contemporâneo pode-se definir, de forma monopolista, a quem é dado o direito de produzir sentidos, dar forma e expressividade ao passado? Então, considerando-se o presentismo existente nas sociedades atuais, aliado à “sacralização” da memória e de seus lugares, como definir as leituras realizadas pela comunicação de massa?

Podemos inferir que pensar a História na contemporaneidade nos obriga a considerar a produção midiática haja vista a capacidade que possuem esses meios de produzir eventos e, como dissemos, constituir sentidos. Assim, os campos da produção historiográfica – senhora, até pouco tempo, da produção de sentido para o passado – e o da comunicação – no que tange a reflexão sobre a capacidade das mídias na “fabricação” de imagens simbólicas, conjunto de representações que forjam verdades/significados – se entrelaçam de tal forma no estabelecimento da cultura histórica que não podemos, tanto historiadores, como jornalistas ou estudiosos da comunicação, deixar de refletir sobre essa questão.

Um modelo teórico bastante coerente que permite de as características da cultura histórica que é refletida/produzida pela narrativa midiática e sua capacidade na produção de sentido para os eventos cotidianos, dando-lhe significado de história para uma audiência ampliada, é o desenvolvido pelo historiador alemão Jörn Rüsen. Utilizamos dele para entender a narrativa produzida pelo telejornal “Jornal Nacional” (JN)<sup>2</sup> acerca da invasão à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – por tropas do exército, em novembro de 1988, respondendo à estratégia operária

---

<sup>2</sup> O telejornal “Jornal Nacional” (JN) foi o primeiro programa transmitido em rede nacional no Brasil. Tendo se iniciado em 1969, rapidamente transformou-se em um dos principais programas da televisão brasileira, competindo até mesmo com as novelas, já líderes de audiência. Esse sucesso em uma rede que praticamente monopolizava a atenção dos telespectadores brasileiros transformou o JN em uma espécie de editorial de Roberto Marinho, poderoso concessionário da Rede Globo de Televisão.

estabelecida naquele momento de ocupar as instalações da empresa, como forma de resistir e forçar uma visibilidade maior para seus movimentos de reivindicações trabalhistas e político-sociais.

Entendemos, como Rüsen, que a narrativa então produzida pelo telejornal JN sobre o evento, embora não tenha sido produzida por historiadores profissionais, é uma narrativa histórica, na medida em que busca orientar os homens no tempo. A narrativa do telejornal, conforme nos ensina Rüsen,

é um processo de fazer ou produzir uma trama da experiência temporal tecida de acordo com a necessidade da orientação de si no curso do tempo. O produto deste processo narrativo, a trama capaz de tal orientação, é ‘uma história’<sup>3</sup>.

### **Cultura histórica na contemporaneidade**

Jörn Rüsen define cultura histórica como uma determinada forma de experimentar e interpretar o mundo tendo em vista a vida prática. De forma sintética, poderíamos afirmar que a cultura histórica seriam manifestações da consciência histórica produzidas por diferentes sujeitos e divulgadas de formas as mais variadas, tais como as mídias. Pode-se perceber que esse conceito, que ganha vulto em nosso tempo, indica uma importância social cada vez maior para diferentes formas de narrativas históricas, embora a maior parte delas não tenha a universidade, em especial a historiografia, como sua original ou principal fonte de produção.

Para Rüsen, a reverberação deste conceito dentro e fora dos meios acadêmicos reflete o papel que a memória histórica vem adquirindo no espaço público. Afirma o autor:

El concepto de cultura histórica aborda un fenómeno que caracteriza desde años el papel de la memoria histórica en el espacio público: me refiero al boom continuo de la historia, a la gran atención que han suscitado los debates académicos fuera del círculo de expertas y expertos, y a

---

<sup>3</sup> RÜSEN, Jörn. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p.95.

la sorprendente sensibilidad del público en el uso de argumentos históricos para fines políticos.<sup>4</sup>

Se o espaço público cada vez mais utiliza e se sensibiliza com a argumentação histórica na explicação de seu espaço/tempo, como estão os historiadores refletindo sobre a apropriação por não iniciados de discursos e práticas que até então lhes eram cativos? O próprio Rüsen reconhece os limites atuais dessa análise por parte dos historiadores. Recorrendo à necessidade de expandir as perspectivas de um campo que ele denomina didática da história, afirma:

Ainda é uma questão aberta se a ênfase na vida pública da didática da história terá um eco positivo. Mas deveria ficar claro que, desde que o público não pode digerir a produção de uma disciplina profissional altamente especializada da história profissional sem mediação, existe uma necessidade definitiva de pessoal treinado e disposto a cumprir esta mediação. O que deveria ser evidente é que as habilidades normais adquiridas pelo historiador profissional não são suficientes para a execução dessa mediação<sup>5</sup>.

No tocante à utilização de uma abordagem que seguisse os preceitos da didática da história na análise dos usos e funções de narrativas com significado histórico pelos meios de comunicação de massa, ele indica: “os *insights* específicos da didática da história (...) têm de ser transformados na linguagem do nosso entendimento da comunicação de massa”.

Mas essa preocupação não se encontra restrita ao campo da história. A compreensão da necessidade de um diálogo mais fecundo entre as pesquisas históricas e os estudos sobre a comunicação de massa, por exemplo, o jornalismo, aparece também entre os especialistas desse último campo.

---

<sup>4</sup> RÜSEN, Jörn. “¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26]. In: [www.culturahistorica.es](http://www.culturahistorica.es). Acessado em dezembro de 2009.

<sup>5</sup> Rüsen considera a didática da história uma disciplina do campo historiográfico que analisa os fundamentos da educação histórica. Expandindo seus objetos de estudo para além do ensino e aprendizagem na escola, considera como problemáticas dessa disciplina “todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática”. (op. cit. 2010, p32).

As professoras e jornalistas brasileiras Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro, em um recente texto no qual buscam compreender o que a história pode legar aos estudos de jornalismo, afirmam que a aproximação entre esse campo e o da teoria da história permitiria a “complexificação dos estudos de jornalismo”. Segundo as autoras, “não se trata apenas de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades (...)”<sup>6</sup>.

Corroborando com nossa posição acerca da importância da cultura histórica na contemporaneidade, as autoras sublinham a necessidade de esses estudos preocuparem-se com o fato de as ações de comunicação – em particular os atos jornalísticos – serem também responsáveis pela inauguração de uma consciência histórica que permite aos homens, na modernidade, reconhecerem a existência de um “mundo histórico”, universal, para além de “nossos mesquinhos assuntos privados”<sup>7</sup>.

Nas últimas décadas do século XX a ação dos meios de comunicação de massa trouxe um elemento problematizador para a discussão acerca do fazer historiográfico: a produção e a circulação da informação em larga escala. Esses eventos provocam alterações nas relações consolidadas do homem com o tempo e, conseqüentemente, colocam problemáticas essenciais para a compreensão dos sentidos históricos e para a escrita da história, demonstrando que “há uma produção de conhecimento histórico fora do próprio campo científico da história e que parece influenciá-lo de maneira desconcertante. (...) É o vivido que se impõe à escrita da história”<sup>8</sup>.

A capacidade de compreender e analisar diferentes escritas históricas, como a realizada pelo jornalismo, que não obedecem necessariamente aos limites metodológicos da história profissional, é um dos objetivos da didática da história, tal como é definida por Rüsen. Esse

---

<sup>6</sup> BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *O que a história pode legar aos estudos de jornalismo*. In: [www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005).

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> MENESES, Sônia. *A história midiaticizada: os desafios colocados por um novo histórico entre a mídia, a memória e a história*. **Anais eletrônicos do X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política**. Recife, 2010. In: [www.encontro2010.historiaoral.org.br](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br)

raciocínio permite-nos pensar os meios de comunicação de massa como lugares estruturadores de consciência histórica, portanto, produtores de cultura histórica. Como isto se dá?

Vamos considerar que, assim como a escrita da “história dos historiadores”, a escrita da “história jornalística” também se utiliza da narrativa como um procedimento mental que confere sentido à experiência do tempo.

A partir da mobilização de funções, digamos assim, uma narrativa de teor histórico apontaria um determinado curso para a ação humana à qual ela representaria; ou seja, tipos diversos de consciência histórica. Rüsen desenha uma tipologia, em uma escala de complexidade, embora aponte o caráter essencialmente didático dessa ferramenta, na medida em que esses tipos de consciência não existem em estado puro nas situações reais da vida. Ele apresenta, então, quatro tipos de consciência histórica relacionadas aos tipos de narrativa que refletem. Apresentadas em uma escala de aumento de complexidade, elas seriam: tradicional, exemplar, crítica e genética<sup>9</sup>.

Mas como comprovar que a narrativa produzida pelo jornalismo é capaz de mobilizar esses procedimentos, conferindo sentido ao passado com o objetivo de produzir orientação para a vida prática? Em caso afirmativo, quais dos tipos de consciência histórica, entendendo-a como um processo dinâmico, a narrativa midiática estudada foi capaz ou pretendeu desenvolver?

Nosso estudo de caso procura aplicar os pressupostos teóricos apresentados e estabelecer uma ponte concreta entre a reflexão teórica de Rüsen e a análise de uma narrativa jornalística, identificando sua capacidade na produção de sentido. Passemos a ele, então.

## **O contexto e os atores**

A greve dos operários da CSN em novembro de 1988 foi a segunda da história daquela Companhia e singularizou-se pela estratégia de ocupação da empresa utilizada pelos grevistas. Essa estratégia buscava atrair a atenção da sociedade e do governo em um contexto no qual o sindicalismo ressentia-se da falta de força e significação de suas ações no cenário político nacional. Em resposta a essa ação dos trabalhadores, o governo brasileiro

---

<sup>9</sup> RÜSEN, op. cit. 2010, p. 63.

enviou tropas do exército que invadiram a usina, o que ocasionou a resistência dos sindicalistas e levou à morte de três operários.

O telejornalismo da Rede Globo, principalmente o que tinha caráter nacional, como era o caso do JN, caracterizou-se nas décadas de 1970 e 1980 pela construção de um modelo de noticiário pautado no que a emissora denominou “padrão globo de qualidade”. Este padrão baseava-se em uma idealizada neutralidade, que seria obtida por meio da valorização da técnica e deveria superar o improvisado das emoções, característica do modelo radiofônico, e garantir a racionalidade científica das narrativas.

Respondendo a esse modelo, independentemente de noticiarem eventos que pudessem ser vistos por diferentes grupos da sociedade civil como de importância político-social para o país, as matérias produzidas pelos repórteres da emissora sobre os movimentos grevistas só ganhariam espaço nacional nos telejornais da Rede Globo se atendessem às prerrogativas do que os editores definiam como “conceito de noticiário nacional”:

Aquelas que tivessem uma boa qualidade de imagem e (...) que o repórter se [enquadrasse] em nossos padrões de exigência: bom texto, boa apresentação, boa narração, boa voz e, finalmente, que o tema tenha força e relevância<sup>10</sup>.

Até aquele momento, a maioria dos movimentos grevistas, que explodiam no país desde o final da década de 1970, não havia garantido esse espaço nos telejornais da emissora. Descontando-se a repressão e a rígida censura da ditadura militar, controlando o país desde 1964, há que se considerar que, desde o final dos anos setenta, já tendo sido deflagrado o processo de retorno gradual ao estado de direito (denominado Abertura Política), e tendo em vista a marca de conciliação entre antigos e novos atores políticos nacionais que caracterizou esse processo, fazia-se necessário controlar a constituição de significados para a explosão reivindicativa do movimento operário brasileiro.

---

<sup>10</sup> **JORNAL NACIONAL**: A notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p 142.

Já no ano de 1988, a repercussão social conseguida pelo movimento grevista constrangia o governo da Nova República<sup>11</sup>, que lutava por construir marcos de diferenciação em relação à ditadura civil-militar que lhe antecedeu. Além disso, não se pode esquecer que as emissoras de televisão no Brasil são concessões públicas e que os concessionários pertencem à elite político-econômica do país. Portanto, findo o período mais duro da censura estatal, muito dos instrumentos censores foram transferidos para dentro das próprias emissoras, num processo que se convencionou chamar de autocensura. Por outro lado, os produtores diretos das notícias, profissionais como jornalistas e cinegrafistas, como quaisquer outros membros da sociedade, possuíam mecanismos, com graus variados de eficácia, e intenções que se aproximavam ou se distanciavam dos interesses oficiais da empresa.

### **A narrativa<sup>12</sup>**

Desde o início da greve, no dia 7 de novembro, o JN noticiava as reivindicações dos operários, as propostas da empresa e os prejuízos de “bilhões de cruzados” sofridos pela siderurgia nacional. Na noite de 10 de novembro, o locutor do JN anunciava com rosto grave e voz solene:

O presidente Sarney convoca uma reunião com cinco ministros para analisar os acontecimentos em Volta Redonda, estado do Rio. Três pessoas morreram em choques com soldados do Exército e da Polícia Militar. As tropas foram chamadas para retirar os operários em greve que ocuparam a empresa. O Ministério do Exército divulgou nota sobre os acidentes. A cobertura completa você vai ver no final da edição<sup>13</sup>.

No último bloco da edição, os eventos são narrados a partir de suas consequências. O texto lido pelo locutor Celso Freitas afirma que a morte dos três metalúrgicos foi resultado da reação dos operários que haviam

---

<sup>11</sup> Denominação dada ao período da história política brasileira que se inicia com o fim da ditadura militar, em 1985, e com a eleição, ainda que de forma indireta, de um civil para a presidência da República, o político Tancredo Neves.

<sup>12</sup> Utilizei parte da pesquisa que realizei durante o meu mestrado e que foi publicada em: WANDERLEY, Sonia. *A greve de Volta Redonda (1988): o telejornal construindo significados*. **Revista discursos sediciosos – crime, direito e sociedade**. ano 2, nº 3, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, p. 187-193, 1º semestre de 1997.

<sup>13</sup> Script do Jornal Nacional, 10/11/1988, p. 1, lead, Rede Globo de Televisão. Pesquisado pela autora no Centro de Documentação da Rede Globo – CEDOC.

invadido a siderúrgica há quatro dias e que entraram em choque com os soldados, utilizando “pedras, barras de ferro e bombas”, em um “incidente que durou mais de doze horas”<sup>14</sup>. Logo após, o locutor chama o repórter Domingo Meireles que narra como ficou a empresa depois dos “incidentes”. As imagens mostram carros queimados dentro da siderúrgica, ilustrando o que é classificado como “batalha campal” pelo repórter. A matéria que vai ao ar dá ênfase às imagens dos instrumentos de luta utilizados pelos operários: os pedaços de pau, bancos de ferro, latões. Imagens aéreas mostram a cidade tensionada: comércio fechado e grevistas reunidos esperando o enterro dos operários que foram vitimados. Mais um corte na imagem, a repórter Ângela Lindenberg mostra cenas do velório e do enterro, sem realizar qualquer entrevista com os presentes.

De volta ao estúdio, o locutor anuncia a preocupação do então governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, em solucionar o “incidente” de Volta Redonda. Entra, então, o repórter Sérgio Gregory que entrevista o governador sobre a “necessidade de entendimento, de negociação e de diálogo”. Retorna o locutor Celso Freitas, para informar que o coronel Silvio Figueiredo, chefe de Relações Públicas do Comando Militar do Leste, confirmou o ferimento em 20 militares e ler a íntegra da nota divulgada pelo Ministério do Exército sobre os “incidentes” de Volta Redonda.

O texto da nota, com duração de três minutos e meio, exalta o direito constitucional à greve, mas, afirma, também, que o ocorrido na CSN demonstrou a “ação agressiva de piquetes”, “um clima de desordem”; causou “sérios danos ao patrimônio e à economia nacionais”, além de quebrar o “princípio da autoridade” e criar “uma ambiência de hostilidade”, objetivando o confronto. Chama os dirigentes do movimento de “falsos líderes trabalhistas”, descreve com detalhes as armas dos operários e considera a ação dos grevistas como uma “guerrilha urbana”. Termina com a afirmação de que “o Brasil não pode deslizar pelo plano inclinado da desordem”<sup>15</sup>.

O locutor retorna à cena mostrando a repercussão política do evento na Câmara Federal. É apresentado o depoimento de seu presidente, o então deputado Ulisses Guimarães. Em seguida, utiliza 24 segundos para resumir a declaração do presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luis Antônio de Medeiros. Mas uma vez, os “incidentes” são lembrados

---

<sup>14</sup> Idem, p. 18.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 22, 22/A. B e C.

pelo repórter Alexandre Garcia, que informa que os eventos na CSN geraram diversas reuniões do presidente da república e seus ministros durante todo o dia.

Nas reportagens editadas<sup>16</sup> que se seguem até o final da greve, em 23 de novembro, as narrativas do JN constroem um clima de volta à normalidade, com entrevistas de representantes do poder constituído e da empresa, caracterização da CSN como deficitária para o governo e apresentação de propostas para a privatização da siderúrgica. As imagens utilizam cenas externas da usina ou do trabalho de manutenção dos fornos acesos na aciaria. O final do movimento é anunciado pelo famoso âncora do JN, Cid Moreira. Sorridente, ele faz um retrospecto do total de dias parados e dos prejuízos provocados pelo movimento grevista. Enquanto imagens de grandes planos registram a assembleia geral dos metalúrgicos e o Exército retirando-se da siderúrgica, o locutor em *off*, informa os ganhos dos trabalhadores ao final do processo.

## **A análise**

Segundo Rüsen, a peculiaridade da narrativa histórica reside no fato de ela possuir três qualidades: estar ligada ao ambiente da memória, utilizando a experiência do tempo passado para tornar compreensível o presente e possível a expectativa de futuro; estabelecer relações de continuidade entre passado, presente e futuro, ajustando essas dimensões às intenções e expectativas humanas; e, finalmente, servir para estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes, determinando a plausibilidade do conceito de continuidade.<sup>17</sup>

A partir dessas três características, a narrativa histórica funciona como uma orientação para a vida prática:

Tal decisão [depende] de valores. Esses valores são geralmente princípios, ideias ou perspectivas-chaves que sugerem o que deveria ser feito em uma situação determinada, em que existem opções. Tais valores funcionam como fonte de arbitragem nos conflitos e com objetivos que nos guiam ao atuar<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Arquivadas no Centro de Documentação da emissora (CEDOC) e pesquisadas pela autora no ano de 1994.

<sup>17</sup> RÜSEN, op. cit. 2010, p. 97.

<sup>18</sup> Idem, p. 55

Vamos então partir do princípio de que o produto do jornalismo, assim como o da história, apresenta-se sob a forma de uma narrativa. Ou melhor, tanto a produção historiográfica quanto a jornalística ‘contam uma história’. Contar uma história significa organizar a informação a respeito do mundo em que se deu o evento. O relato jornalístico, por conta de publicização do evento narrado que provoca, transforma-o em acontecimento e dá contornos ao mundo real.

O texto jornalístico, portanto, é uma narrativa que recupera um tempo vivenciado por um outrem, narrado por um locutor, que instaura o tempo das coisas contadas. Esse mesmo narrador seleciona de um conjunto de acidentes uma história completa e una, ou ‘tece uma intriga’ para utilizar a expressão cara a Paul Ricoeur<sup>19</sup>.

Considerando as qualidades/características de narrativa histórica apontadas por Rüsen, montamos o quadro abaixo com a análise da cobertura do JN.

<b>Narrativa da cobertura jornalística do JN</b>	
<b>Memória</b>	As narrativas que compõem a cobertura incorporam conceitos/valores referenciados pelo conservadorismo político-social recorrente na história brasileira. Vocábulo/expressões como ordem, legalidade, nacionalismo servem de base para os textos editados. Estas são também as ideias que referenciam a nota militar, documento que teve o maior destaque nas matérias editadas que foram ao ar em cadeia nacional.
<b>Continuidade</b>	Esses valores/princípios são identificados como perenes. Na medida em que deslocados do contexto histórico no qual os eventos ocorreram, tais valores são naturalizados e justificam a conduta dos representantes da ordem, tais como a invasão militar da CSN. Assim, o rompimento dessa “ordem natural” por parte dos grevistas teve como consequência direta a morte de três trabalhadores.
<b>Identidade</b>	O “padrão globo de qualidade”, naquele momento, tem como base o princípio de que a neutralidade

<sup>19</sup> BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. cit.

	<p>jornalística é possível e que essa prática garante um posicionamento democrático por parte da emissora. A figura dos locutores ancora é idealizada, transformada em modelo. O que eles falam, configura-se em verdade. É significativo perceber como a narrativa do JN estabelece-se primordialmente sobre a fala idealizada, que é editada e apresentada por esses profissionais, deixando em segundo plano a narrativa produzida pelos repórteres que vão a campo e, até mesmo, as imagens. Estas são pasteurizadas, normalmente servem como “pano de fundo neutro” para a fala editada. Na maioria das vezes percebe-se que a edição das imagens tem o objetivo de retirar sua capacidade de produzir sentido. Por suas próprias características, a narrativa televisiva não objetiva a ação direta dos telespectadores. Seu caráter de espetáculo (persuasivo), somado às intenções políticas da empresa, institui a valoração de uma “ideologia de senso comum”<sup>20</sup>, ahistórica e cristalizada em um tempo perene, imutável.</p>
<b>Sentido do tempo</b>	<p>A ideologia de senso comum que permeia a narrativa constrói a ideia de que a conduta dos homens pauta-se em valores imutáveis. O resultado de suas ações – socialmente referenciadas ou individuais – dependerá do respeito a esses valores que, de forma implícita ou explícita, são apresentados na cobertura.</p>

Estamos considerando que a cobertura do JN serviu de mediação entre seus telespectadores e a realidade do movimento grevista da CSN. Para que tal mediação fosse possível, a narrativa constituída pela cobertura do telejornal teve que agir sobre a consciência histórica de seus telespectadores, terminando por ajudá-los a compreender a realidade a partir de relação que estabelece entre estes eventos do presente e o passado individual ou coletivo.

---

<sup>20</sup> Bakhtin denominou esse processo de “ideologia do cotidiano”: “totalidade da vida mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga e distinta dos sistemas ideológicos constituídos como o direito, a moral, a religião, mas que sofre a influência desses sistemas e auxilia a cristalização dos mesmos”. Cf. BAKTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992, pp. 118-9.

O histórico como orientação temporal une o passado ao presente de tal forma que confere uma perspectiva futura à realidade atual. Isto implica que a referência ao tempo futuro está contida na interpretação histórica do presente, já que essa interpretação deve permitir-nos atuar, ou seja, deve facilitar a direção de nossas intenções dentro de uma matriz temporal <sup>21</sup>.

Tendo em vista o quadro analítico apresentado acima, podemos inferir que a cobertura do JN realiza a função delineada por Rüsen e mescla primordialmente dois tipos de consciência, por ele denominadas como tradicional e exemplar.

Pode-se perceber que as narrativas construídas pelas edições do JN são eficientes na produção de determinados significados que possibilitam a inserção de lembranças e experiências dos telespectadores calcadas em conceitos/valores referenciados pelo conservadorismo político-social recorrente na história brasileira, articulando múltiplas temporalidades e relações entre presente, passado e futuro, ou seja, a própria consciência histórica. Como afirma Rüsen,

"a consciência histórica não é idêntica à lembrança. Só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transportada para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa" <sup>22</sup>.

A narrativa da cobertura do JN apresentada, portanto, possibilitou que a maioria dos telespectadores tecesse sua interpretação acerca da greve dos metalúrgicos da CSN pelo fortalecimento de tradicionais (e conservadores) valores/princípios que são naturalizados, transportados do passado para o presente, criando a ideia de que a continuidade e a regularidade desses valores são condições necessárias para a sua existência como indivíduos e como cidadãos.

---

<sup>21</sup> RÜSEN, J. op. cit. 2010, p. 56.

<sup>22</sup> RÜSEN, J. **Razão histórica**: teoria da história; os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: UNB, 2001, p 63.

Ora, as narrativas que privilegiam o grau de consciência histórica tradicional tem a função de lembrar as origens constituintes dos sistemas de vida do presente e assim auxiliam a formação de identidades. Mas, como nos diz Rüsen:

Tradições por si só não são suficientes como forma de orientação porque são muito limitadas em seu conteúdo empírico. Além disso, elas são múltiplas e heterogêneas e exigem uma integração por meio de regras ou princípios. Estas regras e princípios são abstratos porque são gerais e abrangem uma vasta gama de diversas experiências no tempo. Elas requerem, portanto, uma relação com esta diversidade. Trata-se das narrativas exemplares que carregam esta relação. Elas concretizam as regras e os princípios abstratos, contando histórias que demonstram a validade destas regras e princípios em casos específicos<sup>23</sup>.

A cobertura analisada do JN não apenas se utiliza de tradicionais princípios do conservadorismo político brasileiro, definidos de forma ahistórica e naturalizada, tais como ordem, legalidade. A edição do telejornal também constrói uma imagem de que o rompimento desses princípios por parte dos grevistas gerou o caos, a desordem e prejuízos tanto para os próprios trabalhadores, quanto para a nação. Essa interpretação é afirmada principalmente quando se privilegia as declarações dos militares e pode ser percebida também na edição das imagens utilizada. Nesse sentido, o núcleo da lógica narrativa apresenta a ideia da história como mestra da vida e, de modo generalizante, impõe a continuidade como a validade supratemporal para as práticas e valores referenciados. Ou seja, a narrativa do telejornal auxilia a consolidação de tipos de consciência histórica exemplar:

O pensamento histórico exemplar revela a moralidade de um valor ou de um sistema de valores, culturalmente materializados na vida social e pessoal, através da demonstração de sua generalidade: ou seja, que tem uma validade que se estende a uma gama de situações. Conceitua-se a moral como possuindo validade atemporal<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> RÜSEN, op. cit. 2010, p. 100.

<sup>24</sup> Idem, p. 66.

Mas, o que Rüsén nos ensina é que na vida real, esses tipos de consciência histórica não existem de forma pura e, portanto, toda narrativa histórica carrega em si a possibilidade de pensar a quebra dos padrões e regras baseadas na tradição (consciência crítica) e, portanto, de mudar, de dar um novo sentido ao devir, rompendo com o passado (consciência genética). Ele também aponta, contudo, que os dois primeiros tipos encontram-se bastante estendidos e são encontrados com frequência, já os dois últimos são mais raros e requerem uma nova qualificação da experiência temporal baseada nas distinções entre o meu próprio tempo e o tempo dos outros, assim como a compreensão de que esses tempos são dinâmicos e mutáveis<sup>25</sup>.

Nesse momento podemos relacionar nossa análise ao caráter pedagógico (fundamental para a consolidação de um modelo de nação e de cidadão que se desejava consolidar) com o qual a televisão foi vista pelo regime militar e, não menos, pelos concessionários das emissoras nacionais do período, como Roberto Marinho. Não podemos esquecer que a narrativa dos telejornais, sendo constituída pelo verbal e pelas imagens, tem ampliada a sua capacidade argumentativa, o que lhe confere um caráter de espetáculo, cuja principal função acaba sendo a de entreter, apesar de a informação ser o seu principal ingrediente. Considerando as características continuístas do processo da “abertura política” brasileira, tal capacidade foi utilizada pelo JN de forma a consolidar uma determinada leitura dos movimentos sociais e políticos que ocorriam no país naquele momento que não pusesse em risco a conciliação desenhada, assim como para afirmar uma ideia de cidadão que se referenciava mais pelo espaço privado do que pela participação no espaço público. A rua era lugar perigoso, propulsor da desordem e do caos. A casa, espaço do privado no qual reinava a televisão, era lugar sagrado e fonte de segurança e identidade.

*Artigo enviado em julho de 2013; aprovado em novembro de 2013.*

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 73.